



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DA
REUNIÃO DE TIMOR-LESTE COM OS PARCEIROS DE
DESENVOLVIMENTO (TLDPM)**

**“Traçando um Horizonte Resiliente: Economia Azul, Integração na
ASEAN e Ação Coordenada”**

Auditório Kay Rala Xanana Gusmão, Ministério das Finanças, Díli
25 de maio de 2026



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Díli, Timor-Leste

Excelências, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Excelências, Senhoras e Senhores Embaixadores,
Representantes de Organizações Internacionais e demais
Membros do Corpo Diplomático

Distintos Parceiros de Desenvolvimento
Senhoras e Senhores,

Em nome do Governo e do povo de Timor-Leste, apresento as boas-vindas a este encontro anual com os nossos Parceiros de Desenvolvimento.

Desde a primeira Conferência de Doadores em Tóquio, em 1999, estes encontros têm sido decisivos para a reconstrução, estabilidade e para o bem-estar do nosso povo.

A resiliência de Timor-Leste – a superação das várias adversidades ao longo da nossa história, a humildade em aprender com os erros, e a perseverança face a pressões internas e externas – não é apenas fruto da determinação do nosso povo. É também resultado da amizade, solidariedade e apoio que recebemos dos nossos parceiros, desde a luta pela independência até à construção e consolidação do Estado e da Nação.

Graças a este percurso comum, podemos hoje reconhecer progressos significativos em democracia, desenvolvimento e paz.

É neste espírito de solidariedade e de determinação comum, mas também de forte vontade em fazer melhor pelo país, que este ano celebrámos o 24.º Aniversário da Restauração da Independência.

Esta foi uma celebração com um simbolismo muito particular. Celebrámos 24 anos de independência, um período equivalente à duração da luta pela independência.

Foi, assim, com alegria, mas também com muita responsabilidade, que comemorámos, este ano, o dia 20 de maio. Esta data histórica é a prova de que uma nação, mesmo pequena, pode alcançar grandes vitórias quando luta com coragem, consciência, unidade nacional e amor à Pátria.

E esta luta pela soberania e consolidação da nação, não terminou. Sabemos que persistem fragilidades profundas que exigem respostas mais ambiciosas, coordenadas e orientadas para resultados.

O tema deste encontro – *Traçando um Horizonte Resiliente: Economia Azul, Integração na ASEAN e Ação Coordenada* – reflete essa ambição.

Este ano queremos partilhar convosco e, sobretudo, discutir convosco, três pilares centrais deste futuro de resiliência:

1. *A Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste 2025-2035 (Política da Economia Azul);*

2. O *Relatório de Monitorização do Progresso do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030* (PED);

3. Adesão à ASEAN: a integração regional ao serviço do desenvolvimento nacional.

Estes três pilares resultam de um trabalho intenso nos últimos meses. E são, acima de tudo, três conquistas estruturantes para enfrentar velhas e novas vulnerabilidades: a pobreza, as desigualdades, o desemprego, a insegurança alimentar, os impactos das alterações climáticas, as incertezas económicas globais e a crescente instabilidade geopolítica.

Estas fragilidades não poderão ser superadas por Timor-Leste sozinho. A experiência do passado, e a realidade do presente, mostram-nos que continuamos a precisar dos nossos parceiros de desenvolvimento.

Mas estas parcerias só produzirão todo o seu potencial se assentes num alinhamento claro entre prioridades nacionais, financiamento, estratégias de implementação e mecanismos robustos de monitorização e avaliação.

Excelências

Senhoras e senhores,

Permitam-me, assim, abordar cada um destes pilares.

I. A Política da Economia Azul

A 20 de fevereiro deste ano, o Conselho de Ministros aprovou a *Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável*. Por outras palavras, aprovou o roteiro para a implementação da economia azul no país.

Com esta política, o IX Governo Constitucional assume uma visão estratégica inequívoca: **transformar o nosso mar – que é identitário, económico e geopolítico – numa fonte de desenvolvimento sustentável, de inclusão social e de resiliência ambiental.**

Esta Política, que o Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas irá apresentar de forma mais detalhada, já a seguir, interliga-se com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e com a inserção no espaço regional da ASEAN.

De forma resumida, o Governo, de uma forma holística e transversal, pretende:

- Investir na **valorização dos setores económicos tradicionais e emergentes ligados ao oceano**, promovendo cadeias de valor que criem emprego digno, sobretudo para jovens, mulheres e grupos vulneráveis nas zonas costeiras;

- Investir na **capacitação dos recursos humanos nacionais** e em **equipamentos e infraestruturas essenciais** para o desenvolvimento da economia azul, incluindo a segurança marítima, a fiscalização e gestão sustentável do nosso espaço marítimo nacional;
- Investir na **formação de uma “geração azul” e na promoção da literacia do mar** – uma educação voltada para o oceano, do ensino básico ao ensino superior, e uma educação cívica que contribua para a mudança de comportamentos para prevenir a destruição ambiental, o combate à poluição marinha e a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros;
- Preservar o **oceano como um bem universal**, através da gestão sustentável dos serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros. Isto, também, através de uma participação mais ativa em fóruns regionais e internacionais, particularmente em defesa dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países Menos Desenvolvidos (LDCs), os que mais têm a perder, e a perder mais rapidamente, com a destruição deste património da humanidade;
- Promover a **investigação científica marinha**, articulada ao conhecimento e às práticas tradicionais das comunidades locais, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento e a proteção global do oceano.

Excelências

Senhoras e senhores,

Todos nós sentimos orgulho do nosso mar. Ele não é apenas bonito, é sublime! Temos espécies marinhas, únicas e preciosas, que tornam Timor-Leste um lugar verdadeiramente especial, um tesouro do nosso planeta.

Estamos no coração do Triângulo de Coral, uma das regiões com uma diversidade biológica incomparável. Esta posição não é apenas um privilégio geográfico, confere-nos também um dever: o dever de proteger, de cuidar e de agir.

Podemos e devemos ser, como tal, um laboratório vivo do oceano no Sudeste Asiático.

Esta região enfrenta sérias ameaças, que já hoje provocam perda de biodiversidade: as alterações climáticas, que aquecem as nossas águas e fazem subir o nível do mar; a poluição que sufoca a vida marinha; e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, que retira do mar mais do que ele consegue repor.

Estes danos são muitas vezes irreversíveis. E nenhuma nação consegue enfrentá-los sozinha. Por isso, a proteção do oceano exige coragem, responsabilidade e cooperação regional e internacional.

Ao atuarmos juntos para garantir um oceano diverso e generoso, estamos a atuar para proteger as próximas gerações.

Timor-Leste pretende assim criar um sistema de parcerias científicas e tecnológicas internacionais e realizar o seu primeiro **Levantamento e Estudo da Biodiversidade Marinha**, com o envolvimento e a capacitação dos jovens e das comunidades locais. Esta iniciativa irá estar associada a outros objetivos estratégicos de preservação e conservação marinha, tais como:

- A criação de **Centros de Investigação e Educação Marinha**;
- A rede de **Áreas Marinhas Protegidas** com os respetivos planos de gestão, incluindo o estabelecimento do **Parque Nacional de Ataúro**; e o
- **Programa Nacional de Literacia do Mar.**

E, se ainda subsistirem dúvidas quanto a este nosso compromisso com a economia azul, já dispomos de trabalho realizado que o comprova.

Enquanto o Governo elaborava a sua Política e respetivo Plano de Ação, avançou também com a aprovação do:

- Regime Jurídico de **Investigação Científica Marinha Internacional**, aplicável às atividades no espaço marítimo nacional, quando realizadas a pedido de Estados estrangeiros ou organizações internacionais;

- Regime Jurídico que estabelece as bases do **Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional**, assegurando a adequada organização e utilização do mesmo, adotando uma abordagem integrada do território marítimo, e não somente setorial, que tenha também em conta a interação mar-terra;
- A **Conta Satélite do Mar**, instrumento estatístico que permite medir as atividades económicas relacionadas com o mar; e
- Consagrou o 5 de junho como o **Dia Nacional do Mar**, reforçando a campanha *Ha'u-Nia Tasi, Há'u-Nia Timor*, que tem promovido a consciencialização sobre a importância da saúde do oceano.

Sempre defendi que a soberania total de uma nação depende também da sua capacidade de afirmar plenamente as suas fronteiras, o seu desenvolvimento, a sua identidade e dignidade.

A nossa luta pela delimitação de fronteiras marítimas não é apenas uma questão política, mas antes, uma questão de soberania nacional: o direito dos timorenses em usufruir dos benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais integrados no nosso espaço marítimo nacional.

A economia azul é, para Timor-Leste, não só uma estratégia de sobrevivência, mas de desenvolvimento e de resiliência climática.

Estou convicto de que, com uma coordenação e uma nova ambição nas parcerias para o desenvolvimento, seremos capazes de cumprir esta agenda exigente.

E tenho de deixar claro: esta agenda não depende apenas da interação entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento. Depende, sobretudo, das parcerias que formos capazes de construir com o setor privado, com as organizações não governamentais e com as comunidades locais.

A conjugação de esforços e a partilha de conhecimento técnico e científico – não só nos setores tradicionais, mas também em áreas inovadoras, que vão da biotecnologia marinha às energias renováveis, passando por novos instrumentos de financiamento e mecanismos emergentes, como os créditos de carbono e os blue bonds — poderão fazer de Timor-Leste um novo exemplo internacional no domínio da economia azul.

Nenhuma ambição é grande demais quando a determinação de um povo e a cooperação, nacional e internacional, caminham lado a lado.

II. Relatório de Monitorização do Progresso do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED)

Excelências

Senhoras e senhores,

O PED foi concebido como um compromisso do Estado, para além dos ciclos políticos. Desde 2011, que este quadro estruturante orienta as nossas políticas públicas e reformas institucionais, os nossos investimentos estratégicos e a ação coordenada entre o Governo, parceiros de desenvolvimento, o setor privado e a sociedade civil.

Tive a responsabilidade de liderar a sua formulação inicial e várias fases da sua implementação. Por isso, considero o PED não como o plano de um Governo, mas como um legado coletivo da Nação.

A sua continuidade, ao longo de diferentes executivos, é sinal de maturidade institucional e da consciência de que **o desenvolvimento exige visão, coerência e persistência.**

Ao longo desta década e meia, desde a aprovação do PED, enfrentámos choques económicos globais, eventos climáticos extremos, pressões sociais e demográficas e transformações no contexto regional e internacional. Nestas fases de incerteza, o PED ofereceu estabilidade, ou seja, permitiu ajustar o caminho, sem nunca perder o rumo.

O Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico irá hoje apresentar o Relatório de Monitorização do Progresso do PED. Este relatório representa um exercício de transparência, responsabilidade política e aprendizagem institucional, princípios pelos quais se regem este Governo.

Iremos verificar que apesar de avanços importantes, a maioria das metas previstas no PED ainda não foram alcançadas. Temos de, por isso, até 2030, focarmo-nos em acelerar a sua implementação e transformar o progresso em resultados mensuráveis na vida das pessoas.

Este relatório coloca uma questão que não podemos ignorar: se todos dizemos que estamos a implementar o PED – Governo e parceiros – por que razão tantas metas continuam por atingir?

É isto que vos peço hoje, uma **reflexão conjunta sobre a nossa responsabilidade comum para corrigir o rumo da implementação.**

O Governo assume desde já o compromisso em conduzir esta última fase de implementação com mais disciplina, responsabilidade e foco em resultados.

Isto será feito através do **Planeamento de Médio Prazo 2027-2030**, que consiste num roteiro para:

- Atingir o estatuto de país de rendimento médio-alto;

- Diversificar a economia não petrolífera (também através da economia azul);
- Promover um crescimento mais inclusivo;
- Reforçar o capital humano;
- Consolidar a resiliência institucional; e
- Transitar de um modelo assente na despesa pública para um modelo impulsionado pela produtividade e pelo investimento privado.

Concretamente, peço-vos que usem os dados do Relatório de Monitorização do PED para aferir as metas que permanecem incompletas, ou mesmo não alcançadas, e que, a partir daqui, as estratégias de cooperação sejam afinadas, para obtermos juntos resultados concretos.

Reconhecer as lacunas e os constrangimentos identificados no relatório será fundamental para atingir as metas quantificadas para 2030.

As cinco áreas prioritárias identificadas pelo Governo e as 10 intervenções emblemáticas em torno das quais queremos concentrar esforços e parcerias (a serem explicadas pelo Ministro) são o nosso novo roteiro.

Acredito que um Governo só é verdadeiramente forte quando governa sustentado numa ampla base de cooperação.

É na aliança estratégica com os parceiros de desenvolvimento e com a sociedade civil que o Governo encontra a sua maior legitimidade, os conhecimentos e competências coletivas e a capacidade real de transformar o país.

Excelências
Senhoras e senhores,

III. Adesão à ASEAN: a integração regional ao serviço do desenvolvimento nacional

A adesão de Timor-Leste à ASEAN, formalizada na 47.^a Cimeira em Kuala Lumpur, no passado mês de outubro, representa mais um marco histórico no nosso percurso de 24 anos de Estado independente.

Esta conquista foi o resultado de um longo processo de preparação interna, de diálogo franco com os nossos vizinhos e parceiros, e de um compromisso firme com os valores, regras e mecanismos que estruturam a comunidade regional do Sudeste Asiático.

Desde 2002, que a adesão à ASEAN é uma aspiração estratégica partilhada por diferentes gerações de lideranças nacionais e enraizada na vontade do nosso povo de promover a paz e a estabilidade, também com os vizinhos mais próximos.

Para os timorenses, pertencer à ASEAN representa mais do que a inserção num espaço geopolítico e socioeconómico.

Representa fazer parte de uma “família humana”, com a qual nos identificamos e com a qual queremos crescer e prosperar.

A ASEAN não é só uma plataforma privilegiada para aprofundar a nossa integração económica, diversificar o comércio e o investimento, modernizar infraestruturas, fomentar qualificações e criar emprego para os jovens.

É, também, uma oportunidade para defendermos a nossa identidade, a nossa cultura e o nosso meio ambiente, particularmente o marinho.

E é uma oportunidade, em plena tensão geopolítica, para unirmos esforços para enfrentar os grandes desafios globais – da segurança regional à segurança alimentar, energética, tecnológica e climática.

O aumento dos preços dos combustíveis agrava a insegurança alimentar, sobretudo em países importadores como Timor-Leste, que responde com programas de apoio à produção agrícola, enquanto apela à ASEAN para reforçar sistemas alimentares resilientes, sustentáveis e acessíveis para todos.

Por outro lado, Timor-Leste está empenhado em desenvolver o seu setor energético e petrolífero para contribuir para a segurança energética coletiva da ASEAN. O nosso objetivo comum é construir um sistema energético mais seguro, diversificado e sustentável para a nossa região.

A segurança das pessoas, um dos pilares centrais da ASEAN, é crucial para o desenvolvimento de Timor-Leste. Mas o nosso país também é uma das “juntas” que sustenta este pilar.

Só através da cooperação estreita entre os países da região será possível proteger os cidadãos da ASEAN das crises externas e combater, com respostas coordenadas, o crime transnacional, o tráfico de seres humanos e o cibercrime, ameaças que minam a estabilidade regional, enfraquecem o Estado de direito e comprometem o desenvolvimento sustentável.

E não podemos falar na segurança dos cidadãos da ASEAN, sem falar de alterações climáticas. A nossa região é especialmente vulnerável a cheias, secas, tempestades tropicais, subida do nível do mar e degradação ambiental.

Estes fenómenos ameaçam vidas, meios de subsistência e fontes alimentares. Forçam deslocações internas e transfronteiriças e aumentam o risco de tensões sociais e conflitos. Acredito que investir em adaptação e resiliência, em infraestruturas seguras, em sistemas de alerta precoce e em modelos de desenvolvimento sustentável, como é exemplo a economia azul, é também investir na segurança das pessoas.

Através dos mecanismos da ASEAN estamos todos mais protegidos. Através dos compromissos políticos e dos mecanismos permanentes de partilha de informação, prevenção e resposta conjunta, estamos mais preparados para enfrentar as adversidades e garantir um futuro resiliente.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Fazer parte da ASEAN é, por si só, um exercício constante de compromisso, responsabilidade e ação coordenada.

A experiência de Timor-Leste no âmbito do direito internacional, da reconciliação e do diálogo nacional e internacional, bem como da cooperação com parceiros bilaterais e multilaterais, constitui uma mais-valia única, demonstrada pela construção de instituições democráticas, por uma sociedade civil dinâmica e por uma cultura de debate público que refletem, de forma concreta, a liberdade conquistada com grandes sacrifícios.

É precisamente essa experiência acumulada, aliada à vitalidade da nossa juventude e ao compromisso de consolidar instituições firmes, abertas e inclusivas, que desejamos colocar ao serviço da nossa comunidade regional no seio da ASEAN.

E, para tal, sabemos que podemos continuar a contar com os nossos parceiros de desenvolvimento, pois esta vitória de Timor-Leste, é também mais uma vitória da cooperação internacional.

Timor-Leste não está sozinho na “Carta da ASEAN”. O apoio dos nossos parceiros na adesão à ASEAN, não é apenas uma nota de rodapé.

Continuamos a precisar deste apoio para fazer face às novas responsabilidades, incluindo uma maior disciplina institucional, uma maior coerência de políticas, uma maior

capacidade de execução e uma diplomacia mais preparada e profissional.

Continuamos a precisar deste apoio para a formação dos nossos quadros e para a capacitação dos nossos jovens, os futuros líderes do país e da região.

É também sabendo que podemos contar com a solidariedade e apoio incondicional dos parceiros, que Timor-Leste se propõe a assumir a Presidência da ASEAN, em 2029.

Vamos fazer história juntos, novamente!

Vamos provar ao mundo, uma vez mais, que a nossa resiliência supera as nossas fragilidades. E que a nossa ação coordenada supera quaisquer obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão